



# Anais da Assembléia

N. 120

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 102.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1.987

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Antônio Belinati.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença a Senhora Deputada Irondi Puggliesi. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.

268/87, oriundo da mensagem Governamental n. 96/87, o qual dispõe que aos funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n. 2.335 de 12/06/87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2.336 de 15/06/87, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação dos Projetos de Lei n. 268, 267, 229 e 222/87.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Apoio: Anibal Khury e José Afonso Júnior.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando de suas atribuições regimentais, REQUER a constituição de uma comissão externa composta por Senhores Deputados para representarem a Assembléia, em Brasília, na posse do Excelentíssimo Senhor Ministro Borges da Silveira, eminente homem público paranaense.

Sala das Sessões, 22.10.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, solicita da Secretaria da Mesa da Assembléia, as providências necessárias ao fornecimento de relação de todos os projetos de lei encaminhados ao Legislativo através de Mensagens do Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa da Assembléia lhe seja fornecida relação de todas as Comissões Parlamentares de Inquérito instauradas durante a última Legislatura e

na presente.

REQUER, ainda, quanto às Comissões não concluídas, informações quanto ao andamento das mesmas, assim como o nome dos Deputados designados como Presidentes e Relatores de cada uma (concluída ou não).

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Riad Salamuni, magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, manifestando nosso apoio às atitudes por ele tomadas por ocasião da sua recusa em participar da solenidade de formatura dos Engenheiros Agrônomos, ocorrida no último fim de semana.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A atitude assumida pelo Magnífico Reitor Riad Salamuni, além de imbuir-se da dignidade característica dos grandes gestos pessoais, representa, um gesto de desagravo à afronta de que foi vítima a sociedade paranaense, e, em particular, toda a comunidade da Universidade Federal do Paraná. Não se concebe que uma solenidade como a colação de grau, que representa o coroamento da vida acadêmica discente, motivo, portanto, de festivo congraçamento, deixa de ser uma cerimônia pública, transformando-se em reunião fechada, com requintes de clandestinidade que obrigariam até o próprio Reitor, autoridade máxima da instituição, a portar uma senha para que fosse franqueada sua admissão ao recinto. Congratulamo-nos, portanto, com a decisão do Reitor e a ela dedicamos nosso total apoio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, solicitando informações acerca de notícias veiculadas pela imprensa da Capital, de que o Governo do Estado teria iniciado negociações visando a venda de ações da PETROBRÁS em seu poder. Embora o mercado esteja vivendo uma de suas fases mais críticas, tal venda parece um tanto estranha, por diversos aspectos, assim, indago:

1. Se foi concretizada a venda das ações da PETROBRÁS, em poder do Governo?

2. Em caso positivo:

a) A que preço foi vendida cada ação?

- b) Que tipo de ação foi vendida?
- c) Quem intermediou a venda?
- d) Que órgão do Governo estava em poder das ações?
- e) Os recursos oriundos das ações serão destinadas para que área do Governo?
- f) Por que a venda?

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Riad Salamuni, Magnífico Reitor e Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, congratulando-o e solidarizando-se com a decisão de anular a solenidade de formatura da turma de Engenheiros Agrônomos daquela Universidade, ocorrida no último sábado, por vício de forma.

REQUER, ainda, o envio de cópia deste expediente ao Conselho Universitário e à representação dos estudantes daquela instituição de ensino, que muito engrandece o povo paranaense.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, considerando que pertencem ao povo do Paraná, representado no Estado do Paraná, 83% das ações da COPEL, sendo 12% do povo brasileiro - ações da ELETROBRÁS - e outros 5% de outros investidores; considerando ainda que 99,5% das ações da SANEPAR são do mesmo povo do Estado, institucionalizada a posse pelos investimentos do Governo Estadual, submete à Egrégia Assembleia, a idéia de se enviar sugestão às aquelas companhias de prestação de serviços públicos essenciais à boa qualidade de vida dos cidadãos, que façam anunciar amplamente, com um mês de antecedência, e com correspondência, preferencialmente aos grandes consumidores, as altas de taxas de energia elétrica e fornecimento de água.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Um exemplo prático - o síndico do Edifício APLUB, em Curitiba, com 75 apartamentos, procurou este Deputado para denunciar sua aflição neste mês de outubro, quando as taxas de água subiram de Cz\$ 25 mil cruzados para Cz\$ 56 mil cruzados, sendo mantido o consumo médio, que, em dezembro de 1986, custava Cz\$ 8 mil cruzados. Esta alta de 700% em mais ou menos 11 meses e de mais de 100% em um mês, alarmou

aos condôminos e obrigou a administração do condomínio a uma convocação de emergência. Como governo também existe, além da propaganda do partido que o domina, para se preocupar com as aflições da população, e tentar diminuir os problemas do Brasil, aumentando as soluções, sugerimos a comunicação prévia, se não a todos, pelo menos aos grandes consumidores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e a forma regimental, REQUER o encaminhamento, ao Senhor Secretário da Educação, do seguinte

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Onde se encontram, na Secretaria, os Processos n. 27.504, 40.923 e 51.800/85?

2. Em que fase de tramitação encontram-se os mesmos processos?

3. Encaminhar cópia dos referidos processos.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, da nota intitulada "Esclarecimento Público", sobre a formatura dos alunos de Agronomia de 1987, da Universidade Federal do Paraná, publicada no jornal "O Estado do Paraná" edição do dia 21 do corrente mês de outubro.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

Causou grande celeuma a escolha do líder ruralista Ronaldo Caiado para paraninfar a turma de formandos de Agronomia da Universidade Federal do Paraná.

Não obstante a escolha tenha se dado por grande maioria, o fato não foi aceito por um reduzido grupo de alunos. Estes, inconformados e mostrando-se pouco afeitos à prática democrática, procuraram hostilizar não só o paraninfo como formandos e familiares destes, por ocasião da solenidade de formatura.

A atitude do Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Riad Salamuini, colocando-se ao lado da minoria inconformada, agravou o problema, que poderia ser contornado com um pouco de bom senso.

A nota divulgada pela Comissão de Formatura e por um grupo de pais dos formandos, procura esclarecer os fatos, mostrando a equivocada posição da reitoria no episódio. Daí, e diante de manifestações

nesta Casa sobre os acontecimentos, a conveniência da transcrição da nota em apreço.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 287/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada de "Rodovia Tancredo Neves" o acesso de ligação entre o Município de Marialva e o Distrito de Aquidabã, passando pelo Distrito de São Miguel do Cambuí.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI N. 288/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - APMI, com sede e foro na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância-APMI, da Cidade de Capitão Leônidas Marques, fundada em 25 de fevereiro de 1976, tem seus Estatutos registrados sob n. 26.186, no Livro B-89 do Registro Integral de Títulos e Documentos da Comarca de Cascavel e preenche, conforme documentação em anexo, os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública, eis que, possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta gratuitamente serviços à coletividade no âmbito da assistência social e beneficente e não distribui dividendos ou gratificações a seus associados, não remunerando também sua diretoria.

Merecendo o aplauso e incentivo pelo muito que vem realizando em favor da maternidade e infância, principalmente no atendimento à gestante, justifica-se plenamente seja a Associação referida declarada de Utilidade Pública Estadual, vez que já o é no âmbito municipal, a fim de possibilitar a continuidade dos seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Lida e aprovada a Ata.

Não havendo expediente a ser lido, no Horário das Lideranças consulto a Lideran-

ga do Partido dos Trabalhadores se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados presentes, demais pessoas, bem-vindos a esta sessão de hoje.

Hoje é mais um dia trágico para os que aguardam e precisam da Reforma Agrária no Paraná e no Brasil. Certamente o dia de hoje será mais um dia que ficará marcado na história por três fatos extremamente dolorosos para os trabalhadores da terra.

Primeiro o Governo Federal cada vez mais fraco e subserviente aos latifundiários reacionários, acaba de extinguir o INCRA. A extinção do INCRA em si não é tão grave, pois durante a sua existência quase nada fez em favor da verdadeira Reforma Agrária. Foi apenas um órgão incompetente e a serviço dos interesses dos latifundiários e das multinacionais. O que tememos é que a extinção do INCRA signifique mais uma manobra do Governo Federal para retardar ainda mais a realização de pequenos avanços da Reforma Agrária, e se isso vier acontecer será mais um retrocesso, mais um passo atrás, e é colocar definitivamente a Reforma Agrária na dependência daqueles que não querem a sua realização.

O segundo fato que nos preocupa neste dia é que os trabalhadores sem-terra do Paraná estão anunciando também no dia de hoje a ocupação de mais dois latifundiários ociosos. São mais de 600 famílias que participaram deste ato. As ocupações foram e continuam sendo um gesto desesperador de trabalhadores sem-terra. Um gesto de quem não tem a quem recorrer. Um gesto de quem não confia mais no Governo e nas suas promessas, e de quem sabe que a Reforma Agrária só será feita se eles mesmos a fizerem, e isto é lamentável que tenha que acontecer. Temos que prestar atenção para este fato, temos que ter a coragem de dizer que esse é um ato legítimo, pois os Governos, tanto federal como estadual, como lhes convém, cederam às pressões dos latifundiários e trancaram as portas aos sem-terra. E os trabalhadores sem-terra que ocuparam esses latifúndios ociosos estão exercendo o seu direito de legítima defesa, por isso é importante uma atenção especial, se não fizerem isso certamente, os seus filhos morrerão de fome, por isso a sua legítima defesa é compreensível.

Terceiro fato que nos preocupa neste dia, relacionado com a questão da Reforma Agrária: o Governo do Paraná começa hoje a executar a chamada Operação Renascença. Isto é, começa hoje oficialmente o despejo de mais de 280 famílias que ocuparam várias áreas ociosas no Município de Renas-

cença no Sudoeste do Paraná. E esse despejo vem ocorrer de uma forma mais moderna. Essa operação esconde uma terrível traição aos trabalhadores do Paraná do próprio Governador Álvaro Dias e do Secretário Luiz Felipe Mussi, pois eles fizeram um acordo com os fazendeiros para despejar os sem-terra, e para encobrir, para maquiagem o Governo aceitou a vergonhosa oferta de 240 hectares de terras dos fazendeiros para fabricar lá no Sudoeste do Paraná, uma favela rural em plena região de latifúndios improdutivos. Isto significa o quê? Que o Governador Álvaro Dias em vez de atender as necessidades básicas de 280 famílias de sem-terras no Paraná ou de um total de mais de 250 mil famílias de sem-terras que nós temos em todo o Estado, ao invés de apelar para que o Governo Federal desapropriasse as terras que não estão produzindo, preferiu um presentinho de fazendeiros, de confinar os sem-terras num verdadeiro campo de concentração ou favela rural.

Isso para os trabalhadores é traição. Isso é assinar atestado de fraqueza. Isso é declarar publicamente que a Reforma Agrária não interessa para o Governo. Isso quer dizer que o Governo não está preocupado com a necessidade da Reforma Agrária e muito menos com os problemas que atingem e que afligem os trabalhadores do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje é um dia de luto, um dia de morte, para aqueles que ainda tinham esperança da Reforma Agrária e no Governo Democrático do Senhor Álvaro Dias. É hora do Governador tirar a máscara, é hora de escrever nos "out-doors" do Paraná "nossa aliança é com os latifundiários" e assinar em baixo: "Governo do PMDB - Governador Álvaro Dias".

Concedo aparte ao Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - Muito obrigado, Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Tonelli, que sempre quando eu solicito aparte, Vossa Excelência tem sido muito educado com este Parlamentar.

Não entro no mérito da causa, em virtude de Vossa Excelência ter o seu pensamento e nós respeitamos o seu pensamento, mas nós também temos o nosso pensamento, o nosso estilo e eu gostaria de perguntar à Vossa Excelência, quando Vossa Excelência fala das propriedades aqui no Paraná a serem desapropriadas, Vossa Excelência que é estudioso da matéria, poderia nos afirmar quais são essas propriedades, quais os números dessas propriedades que são improdutivas aqui no Paraná.

O Senhor poderia me responder?

O SR. PEDRO TONELLI - Com muito prazer, eu gostaria de lhe responder, só que daí

nós precisaríamos de uma hora, para lermos aqui todos os latifúndios improdutivos que nós temos no Paraná.

O Sr. José Afonso Júnior - Mas em números gerais, Vossa Excelência saberia dizer assim de cabeça?

O SR. PEDRO TONELLI - Olha nós temos no Paraná, mais da metade da terra produtível improdutiva, como reserva de capital, na mão de meia dúzia de fazendeiros.

Essa é a realidade. Agora se Vossa Excelência quiser o nome das áreas, o nome dos proprietários e onde estão localizadas, eu posso lhe fornecer, só que daí eu vou me inscrever no Grande Expediente e vou usar aqui quarenta minutos, somente para nominar alguns dos latifúndios improdutivos que nós temos aqui no Paraná e que seriam esses que nós queríamos que fossem desapropriados, para que o povo fizesse casa e tivesse comida.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência já me respondeu, mas eu gostaria só ao finalizar de dizer da minha preocupação, quando nós falamos e quando Vossa Excelência fala do trabalhador sem-terra. Esta também é uma preocupação do Governo Álvaro Dias, do Governo José Sarney, ao qual nós pertencemos com muito orgulho, e nós queremos afirmar a Vossa Excelência que nós temos que fazer um mutirão de homens de bem, de homens patriotas, que se preocupem não apenas com a problemática da Reforma Agrária, no que tange, que Vossa Excelência acabou de afirmar que aqui num Município próximo foram transferidas algumas famílias e se transformou o lugar onde elas estão localizadas numa verdadeira favela rural, Vossa Excelência acabou de afirmar. Então é contra isso que eu estou. Nós não podemos deixar que o sem-terra venha se transformar num favelado rural, por isso nós precisamos de estruturas cabíveis, para que realmente, quando efetivarmos uma Reforma Agrária no País, nós tenhamos aí uma Reforma Agrária com todas as estruturas. Agora, nós sabemos que, o Senhor tem um dado, mas nós temos outros dados, que no Paraná nós não temos terras mais para assentamentos. E nós queremos deixar claro também a preocupação de geração de novos empregos. Através da industrialização do Paraná, quem sabe nós conseguiríamos gerar empregos para essas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência informa ao orador que o seu tempo já extrapolou em 120 segundos. Vossa Excelência tem mais um minuto.

O Sr. José Afonso Júnior - Eu gostaria só

de terminar, Deputado, com a sua permissão. Então, desta forma, gerando empregos, quem sabe nós conseguiríamos resolver o problema dos sem-terra, gerar emprego para essa gente. Essa é a nossa preocupação maior.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu gostaria de dizer ao nobre colega José Afonso Júnior que o grande mutirão em que ele pensa eu também pensei que seria aquele anunciado pelo PMDB quando assumiu o Governo Federal, o Governo Estadual e os Governos Municipais, prometendo Reforma Agrária para o povo sem-terra. Esse eu pensei que fosse o grande mutirão. Infelizmente nós temos que construir um outro mutirão porque esse não deu certo.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Eu consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Problemas dos mais graves vêm envolvendo nosso Estado. Problemas de toda sorte. Problemas de toda ordem. E, lamentavelmente, não vemos saída para os mesmos. Parece um círculo vicioso. Quanto mais nos preocupamos, mais os problemas nos envolvem. Vemos a Nação brasileira ser envolvida por escândalos que, se ocorridos em outros países ou mesmo no Brasil de certas épocas, derrubariam governos.

De repente, vemos os honestos, os íntegros, os homens de bem e também os homens trabalhadores, sentindo-se fracos, indecisos, porque não sabem onde encontrar forças para continuar lutando e menos encontrar caminhos que levem à redenção do País. Deste País onde se plantando tudo dá. E dá mesmo. É só abrimos os jornais diários e ficamos estarecidos com a colheita da violência. Com a colheita da corrupção. Com a colheita dos desmandos. Com a colheita do desgoverno.

É isso mesmo, Srs. Deputados, será que o desgoverno tem preço? E qual será esse preço? Será a miséria do povo brasileiro? Será a derrocada moral de nosso povo? Será a fome rondando os lares brasileiros?

Nosso futuro se apresenta com nuvens negras... E não há exagero, porque o homem está se esquecendo do coletivo para só pensar no individual... Vejam se não temos razão do que afirmamos: em excelente artigo publicado na Revista VEJA, temos um exemplo do que este desgoverno poderá nos trazer. Vejam o questionamento de um advo-

gado e agropecuarista do Rio Grande do Sul, Flávio Meireles Medeiros:

"O que você prefere: levar um quilo de arroz para casa ou tomar dois refrigerantes? Levar um quilo ou tomar um copo de cerveja? Levar cem quilos de arroz para o ano inteiro ou encher o tanque do carro? Pois se eu fosse você, aproveitaria e levaria os cem quilos de arroz para casa. Se puder levar mais, leve. Aproveite. A oportunidade é única. O preço do arroz está ridiculamente baixo. Com 19 cruzados você compra um quilo de arroz. O mesmo preço de um copo de cerveja.

No ano passado, nosso desgoverno, inspirado pelo messiânico ex-ministro Dilson Funaro, que mais lembrava Peter Sellers no filme americano Muito Além do Jardim, encheu a cabeça dos brasileiros com promessas. Os produtores rurais, gente de boa fé como em geral são os brasileiros, acreditaram e investiram seu capital, conquistado com árduo e perseverante trabalho, na produção. A safra foi excepcionalmente boa, e em vez de sermos beneficiados por isso, fomos penalizados. É um contrasenso. O desgoverno pediu para que os produtores investissem. Eles investiram. E o desgoverno, o que fez? Importou arroz. Dá para entender? Por que não penalizaram os responsáveis pelas importações?

Até agosto, o preço que o produtor recebia pela saca de arroz no mercado, era de Cz\$ 220. Contudo, o preço mínimo era Cz\$ 261. Ora, por que os donos do engenho não podem pagar mais do que Cz\$ 220? Porque, com o preço que foi tabelado ao consumidor, só dá para tomar uma cerveja. O desgoverno tabelou o arroz ao consumidor a um preço que impossibilitou a prática do preço mínimo, também estabelecido por ele, pago ao produtor. Conseguiu fixar, e o que é pior, assegurar, dois preços incompatíveis entre si. É o desgoverno. Assim, o preço da tabela inviabiliza a comercialização a nível do produtor.

Doar arroz a Cz\$ 220, não é o mesmo que comercializar. Tabelar ao consumidor de forma que o preço pago ao produtor não atinja o preço mínimo, se não é burrice, é safadeza.

No ano passado, o custo médio por hectare foi de Cz\$ 6 mil. Este ano, está em Cz\$ 35 mil. O sindicato dos ruralistas, fornece dados assustadores e que inviabilizam o plantio da lavoura 87/88: a saca de arroz sempre valeu de 1,1 a 1,6 OTN. Hoje anda por 0,71 a OTN."

Em janeiro de 1980, um trator MF-295 poderia ser adquirido com 754 sacas. Em julho deste ano, estava valendo 2660 sacas. Triste ironia. Um trator vale mais do que muitos colhem na lavoura. Uma tonelada de adubo custava em janeiro de 1980, 13,4 sacas. Hoje vale 40 sacas. De janeiro de

80 para cá, os combustíveis subiram 86 mil por cento. Os fertilizantes, 138 mil por cento. Os tratores, 170 mil por cento, e o arroz, subiu apenas, pasmem os senhores, 47 mil por cento.

A essa altura, esta Casa poderá estar se perguntando: o que nós temos com isso?

Srs. Deputados, não vamos esquecer que o Paraná é um Estado essencialmente agrícola. Não vamos esquecer que o Brasil é considerado o celeiro do mundo. E como muito bem questiona o pecuarista autor do artigo em que estamos nos baseando:

"Se não houver um milagre que dê fim a este DESGOVERNO, os produtores dirão aos consumidores: APROVEITEM, COMPREM E SABOREIEM BEM O ARROZ, PELO MENOS ASSIM PODERÃO GUARDAR O GOSTO, pois no próximo ano não terão o que colocar embaixo do feijão."

No próximo ano, o feijão será só farofa. A agricultura envolve riscos, isto em épocas normais, hoje não há mais risco. Com as condições que estão sendo oferecidas à agricultura, o prejuízo é a única certeza.

Plantar é risco certo. O resto é risco. Para que produzir, então? Do jeito que está é melhor estocar e esperar preços melhores no próximo ano, quando o arroz talvez seja vendido enlatado. Vai haver falta, porque ninguém é louco de plantar. O agricultor não está mais a fim de investir, porque de repente "pinta" mais um Funaro na vida, e aplica mais um cruzado em cima do povo, manda o pessoal investir e depois este investidor tem que vender sua fazenda, sua colheita, o seu trator, o seu automóvel, a sua casa, para poder pagar as dívidas no Banco do Brasil ou no Banco do Estado do Paraná.

Esta é a situação em que está nosso País. Se não houver um milagre, este desgoverno não tem outra saída.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consultamos a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consultamos o PFL.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As considerações que passarei a fazer desta tribuna, são mais para uma questão de ordem. Este Deputado surpreendeu-se hoje ao constatar que duas mensagens do Sr. Governador do Estado fazem parte da Ordem do Dia: a que dispõe sobre os funcionários públicos de todas as categorias, do Tribunal de Contas, Poder Legislativo e Judi-

ciário, que reajusta os vencimentos e também sobre a organização judiciária do Estado.

Este Deputado mesmo entendendo que ambas as proposições estão tramitando nesta Casa sob Regime de Urgência, votado por este Plenário, não entende ser regimental esta inclusão das duas matérias a que me referi. Porque dispõe o artigo 105 do Regimento Interno:

"Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até a sua decisão final.

Art. 106 - Aprovado pela Assembléia, o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a.) Será concedido o prazo de 48 horas a cada uma das Comissões Permanentes, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

b.) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes;

c.) na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia."

A Questão de Ordem, Sr. Presidente, é para que matérias desta importância, particularmente as mensagens do Sr. Governador, são imprescindíveis para que se faça constar da pauta da Ordem do Dia.

Por quê? Para que os Srs. Deputados não sejam surpreendidos aqui em Plenário, ao receberem a Ordem do Dia, porque nós sabemos perfeitamente das inúmeras ocupações que exigem do Parlamentar tempo integral nesta Casa, a necessidade de atendimento às suas regiões e a dedicação à leitura, ao estudo e à pesquisa dessas matérias, particularmente as mais importantes.

Não se pode subtrair, impedir, que o Parlamentar tenha oportunidade de estudar, pensar, emendar, se quiser, e dar a sua opinião acerca do assunto.

Portanto, apenas, Sr. Presidente, para fazer o registro dessa Questão de Ordem, me limitando a votar inclusive - não me oporei e a nossa Bancada estará presente à votação das matérias, mas o que surpreendeu a mim particularmente, não sei se à Casa, foi a inclusão, repito, dessas duas mensagens na Ordem do Dia, para serem votadas neste instante.

Concedo aparte ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado, a sua estranheza é também a nossa. Hoje, quando adentramos em nosso gabi-

nete, por volta de 9 horas, havia uma convocação da C.C.J., da qual já nos havíamos sido alertados pelo Deputado José Afonso Júnior, ontem à tarde, e essa convocação dizia se tratar especialmente da Mensagem do Poder Executivo n. 96/87, e eu não sei que "mandrakaria" se aprontou e porque a reunião foi realizada hoje às 8:30 horas, e deve ter terminado por volta de 09:15 horas, e já está em pauta às 10:00 horas.

Deve ter sido feito um trabalho muito especial nesse sentido, ou a matéria já foi feita na pauta, com a certeza de que haveria um resultado da reunião das Comissões. Não entendemos realmente como esses projetos estão na pauta no dia de hoje, com as Comissões realizando suas reuniões hoje na parte da manhã, questão de 40 minutos de diferença, nobre Deputado.

Vossa Excelência tem razão e traz um alerta a esta Casa, para que se modifique a forma de conduzir os trabalhos nesta Casa.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Eu é quem agradeço a contribuição valiosa e oportuna de Vossa Excelência.

Esta colocação, esta Questão de Ordem que levantamos, não é uma Questão de Ordem isoladamente de um Deputado, ou de nossas Bancadas de Oposição, mas de toda a Casa.

Não podemos, e eu repito, prescindir de determinadas exigências regimentais, para se discutir aqui na Casa as matérias de maior importância.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, com apoio dos Srs. Deputados Anibal Khury e José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação dos Projetos de Lei n. 268, 267, 229 e 222/87. - Aprovado.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 268/87. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação acima aprovados:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 268/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 96/87), dispõe que aos funcionários públicos de todas as categorias funcionais, inclusive do Tribunal de Contas do Estado, e dos Poderes Legislativo e Judiciário, aplicam-se as disposições dos artigos 3.º e 8.º do Decreto-Lei n. 2335, de 12.06.87, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n. 2336, de 15.06.87, conforme específica. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Public. no D.A. n. 114, de 13.10.87, Mensagem).

- Em votação.

O SR. ALGACI TÓLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A bancada do PDT estranha o procedimento em relação a este projeto e aos processos de iniciativa do Executivo, que impliquem em aumento do erário público. E, lamentavelmente, vejo nos próprios componentes da Comissão de Constituição e Justiça da nossa Bancada, somente hoje é que recebeu a comunicação. E que lamentavelmente esses processos foram feitos de afogadilho com os pareceres feitos, inclusive com data de hoje e que lamentavelmente nem sequer constam da Ordem do Dia dos trabalhos da Casa.

Então, queremos encarecer à Comissão Executiva para que esses fatos não se repitam, porque de repente nós parlamentares somos apanhados de surpresa, como bem disse o Deputado Basílio Zanusso, de não podermos ter um tempo maior para nos basearmos nos pareceres das Comissões.

Então, que esse fato não se repita, que não se faça mais a votação, aprovação de um projeto de grande envergadura como esse, assim de afogadilho, para que se permita aos demais parlamentares, ter acesso com mais tempo a esses pareceres.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência, esclarecendo e respondendo à Questão de Ordem de Vossa Excelência, mandará publicar amanhã na Ordem do Dia, quando teremos sessão extraordinária para que matéria de tão relevante interesse dos funcionários públicos do Paraná seja votado.

E diz também a Vossa Excelência, que agradece aos membros da Comissão de Justiça, da Comissão de Recursos Humanos e da Comissão de Finanças, por terem trabalhado durante a noite de ontem e o dia de hoje

para que esta matéria pudesse ser votada. E isto mostra a competência dos nossos Deputados, e esta Presidência agradece a todos.

Continua em discussão o projeto e concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Finalmente iniciamos a discussão do projeto de interesse dos funcionários públicos do Estado, categoria de maiúscula e relevante importância para todo o Estado do Paraná e todos os que aqui vivem.

Denunciamos ontem e estranhamos, anteontem, também, companheiros nossos estranhavam o processo lento com que tramitam nesta Casa os projetos de interesse dos servidores públicos e de outras categorias da massa trabalhadora paranaense.

É bom lembrar o que afirmou anteontem, aqui em Curitiba, o Ministro Bresser Pereira.

Ele lembrou muito bem que o arrocho salarial só existe na cabeça dos trabalhadores. Ele falou também que os responsáveis para criarem um clima favorável para que o povo acredite no arrocho salarial são os trabalhadores, a imprensa, os empresários e os Juizes da Justiça do Trabalho.

Temos que lembrar também que ele acusou formalmente os jornalistas de estarem inventando esse negócio de arrocho salarial, para terem os seus salários aumentados e os assalariados de classe média, por reclamarem sempre mais salários, e uma última afirmação do próprio ministro, ele falou, acusando a Justiça do Trabalho de estar dando reajustes de salários acima do necessário.

Creio eu que estamos diante de um absurdo, para não dizer coisa pior. Absurdo é como classifico o que falou o Ministro.

Estudos sérios, tanto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quanto da Fundação Getúlio Vargas, de renome nacional, que medem oficialmente, para o governo, inclusive os índices provam claramente a perda salarial que os trabalhadores do Brasil estão tendo desde a declaração do Plano Bresser. O DIEESE, em seus estudos, aponta que os assalariados brasileiros já perderam 48,21 por cento de seus salários somente depois do Plano Bresser. Esta é uma média ponderada, pois existem casos em que algumas categorias perderam até 114,9%. Hoje, para repor a perda salarial dos trabalhadores brasileiros, seria necessário um reajuste médio de 93%.

Por aqui já deu para sentir como são graves e levianas as afirmações, as declarações do Ministro da Fazenda, que é quem



comanda a política econômica do Brasil.

O salário mínimo, no Brasil, hoje corresponde a 48 dólares. Este é o salário mínimo mais baixo de toda a História do Brasil! Segundo o DIEESE, para atender as necessidades básicas dos trabalhadores, o salário-mínimo deveria ser de 335 dólares, ou seja, Cz\$ 19.220. Se nós fôssemos fazer uma comparação entre o salário de um trabalhador brasileiro e os demais trabalhadores da América Latina e o resto do continente, verificaríamos que o salário do Brasil é quase o mais baixo de todo o continente, inclusive o do Chile, sendo que é maior que o salário-mínimo do Haiti, que é uma nação que quase nem consta no mapa, somente lá os trabalhadores têm um salário-mínimo menor que o salário do Brasil. E, no entanto se diz, e na verdade somos a oitava economia do mundo pague um salário tão aviltante para aqueles que constroem esta riqueza que coloca o Brasil como oitavo País do mundo!

Portanto, não podemos, de maneira nenhuma, na prática política, na prática de Governo, na prática de vida, aceitar aquilo que foi dito pelo ministro Bresser Pereira. Com a responsabilidade que ele tem, vem aqui, no Paraná, vomitar inverdades tão grosseiras sobre a população brasileira. Não podemos admitir pela responsabilidade que possui, que ele venha responsabilizar as vítimas do seu desacerto e da sua incapacidade, culpando-as pela própria desgraça que sofrem.

Não podemos aceitar de maneira nenhuma, que um Ministro de Estado se negue a aceitar os fatos reais e comprovados pelo próprio governo seu, e passe a confundir a opinião pública e condenar os trabalhadores pela falta de capacidade de resolver os problemas.

Achamos deslealdade, para não dizer, antipatriótico, jogar a culpa em quem não deve e transformar as vítimas em sabotadores.

Enquanto o Ministro diz que não existe arrocho salarial, os militares estão recebendo um aumento de 55,27% neste mês, da seguinte forma: 6,27% agora, e mais 49% em folha suplementar. O que significa isso? Deve ser o reconhecimento de que existe o arrocho salarial ou será que é um presente do governo para os militares? Por que será que o Ministro Bresser Pereira não dá os 6,27% de aumento, que é o correspondente ao resíduo do mês de setembro? E os 49% são a título do que?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre esta mensagem que está em discussão no dia de hoje, não é necessário muitas justificativas para demonstrar que nós precisamos não só aprová-la, mas temos que emendá-la para que o Executivo pague imediatamente o arrocho salarial imposto

pela inflação e pelos resíduos, que só isso soma mais de 50%, segundo os dados oficiais do próprio Governo do Estado do Paraná.

Portanto, é de suma importância que todos os que compõem esta Casa de Leis, dêem uma olhada e vamos recompensar, vamos diminuir os prejuízos que já são prejuízos constantes dos servidores públicos do Paraná, e vamos aprovar a mensagem em primeira discussão. E vamos ver se na segunda e terceira discussões, vamos contemplar, através de emendas concretas, para que seu pagamento não seja um pagamento parcelado, como compõe e está dito nesta mensagem, mas que seja pago imediatamente e que se reponham os prejuízos dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente e era isto, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Continua em discussão a matéria. Encerrada a discussão. Em votação. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 267/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 86/87), objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7297, de 08.01.80 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado. (Public. no D.A. n. 114, de 13.10.87, Mensagem).**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 229/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DO MENINOS DE CURITIBA - ASSO-MA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado. (Public. no D.A. n. 98, de 15.09.87).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.229/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MENINOS DE CURITIBA - ASSOMA, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.

222/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE DA RAÇA NEGRA - APRONEGRO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 96, 10.09.87).

JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 222/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE DA RAÇA NEGRA - APRONEGRO, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 20.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 196/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "Grupo de Estudos Espíritas Dr. Bezerra de Menezes", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 90, de 27.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 196/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de iniciativa do Deputado Valderi Mendes Vilela, tem por objetivo seja declarada de Utilidade Pública, o "Grupo de Estudos Espíritas Dr. Bezerra de Menezes", com sede e foro na Cidade de Bandeirantes, neste Estado.

Analisado sob os auspícios da Lei n. 6.994, de 10.01.78, nota-se que o Projeto satisfaz plenamente suas exigências, com mais de um ano de existência jurídica e anexação dos demais documentos por ela exigidos, ou sejam, Ata de Fundação, Relatório de Atividades, Estatutos Sociais, bem como, não existência de fins lucrativos.

Face ao exposto, nosso parecer lhe é favorável.

O Parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 201/87, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inácio Martins", com sede e foro no Município de Inácio Martins. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 91, de 31.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 201/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Cândido Bastos, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inácio Martins", com sede e foro no Município de Inácio Martins.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 205/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a "Associação Cristã de Doentes e Deficientes Físicos - ACDD", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 91, de 31.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 205/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado José Felinto, objetiva seja declarada de Utilidade Pública a "Associação Cristã de Doentes e Deficientes Físicos - ACDD", com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu-PR.

Evidencia-se, pelo exame realizado, que o Projeto apresenta-se de acordo com as exigências estabelecidas pela legislação atinente à espécie, Lei n. 6.994, de 10.01.78.

São estipulados, para sua consumação, a apresentação da Ata de Fundação, Estatutos Sociais, Relatório de Atividades, bem como, a inexistência de fins lucrativos.

Assim, atendidos aqueles quesitos legais, o parecer é para sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 210/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Oscar Martinez. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 92, de 01.09.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 210/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor "Oscar Martinez".

Este Plano de Lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1987, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 214/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública o "Lar Evangélico Estrela de Belém", com sede e foro no Município de Mandaguari. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 93, de 02.09.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 214/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Lar Evangélico Estrela de Belém", com sede e foro no Município de Mandaguari.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os

ditames da Lei n. 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Mandaguari em 06.09.66. Tendo conseqüentemente, personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos, tendo como finalidade principal a de trabalhar em benefício do menor, dando-lhe amparo e assistência completa proporcionando-lhe um futuro tranqüilo e digno.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 223/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a Flávio de Castro Martinez. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 96, de 10.09.87).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 223/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Belinati, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Flávio de Castro Martinez.

Este Plano de Lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n. 5.638, de 13.09.67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 55/87 (Mensagem n. 61/87 ex-Proposição n. 61/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n. 262/86, celebrado em 23.07.86, entre o Es-

tado do Paraná, através da Secretaria da Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto "Pró-Criança".  
**EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando a constituição de uma comissão externa, para representar esta Casa em Brasília, na posse do Senhor Ministro Borges da Silveira.  
**Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da nota intitulada "Esclarecimento Público", sobre a Formatura de Agronomia UFP, Turma de 1987. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra para encaminhar a votação, ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tomei conhecimento desse Requerimento do nobre colega Deputado Alexandre Ceranto, e eu acho que não deveríamos aprová-lo porque se nós o aprovarmos, pelo seu teor e pela sua mensagem contida, irá constar dos Anais de que esta Casa estará dando uma certa concordância com as atitudes de uma organização nacional de uma categoria, que pela sua prática, está demonstrando que é repudiada por todos os segmentos da sociedade brasileira.

Por isso eu chamo a atenção dos nobres Parlamentares que, esta Casa não pode, em momento algum, transcrever nos seus Anais, apoio, dando força à iniciativa de uma entidade que tem os seus representantes aqui nesta Casa, que pregam uma luta armada, que pregam o armamento de fazendeiros para defender os seus resultados, os lucros espúrios, então, creio que nós, de maneira nenhuma, podemos admitir que nesta Casa de Leis que representa a maioria do povo do Paraná - que não são os latifundiários e que não são a UDR do Paraná - se transcreva nos seus Anais tal requerimento; não podemos admitir!

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente.

O radicalismo, é tão nocivo de esquerda, quanto de direita.

Esta aqui é uma Casa democrática. Os integrantes do Poder Legislativo do Paraná representam todos os segmentos da sociedade paranaense, e nós não podemos aceitar as colocações feitas pelo Deputado Pedro Tonelli; ele, com os seus "vermelhinhos", com os invasores de terras alheias, que vote contra o requerimento. Agora, o que ele não pode é afirmar que esta Casa não deve apreciar o requerimento. Deve apreciar, eu votarei favoravelmente porque o repúdio a atitude do Reitor da Universidade do Paraná que não foi democrático na sua decisão.

Se uma turma de formandos resolve escolher o Gorbachev para paraninfo, ele tem mais é que aceitar. Isto é democracia. Isso é a transparência que tanto é pregada pelos homens de esquerda. Não defendo a UDR porque não pertencço a esse agrupamento político, não sou radical de direita, muito menos de esquerda, mas defendo a livre manifestação de pensamento que foi exercida soberanamente pela turma de formandos de agronomia do Paraná. O resto é radicalismo que não deve se aceitar numa Nação cristã, numa sociedade aberta, como é a sociedade brasileira.

Voto favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concordo com o Deputado Erondy Silvério quando pondera que a Assembléia tem o direito de apreciar o assunto ora proposto. Apreciar, não quer dizer aprovar, e apresso-me a manifestar minha posição, voto contra o requerimento, porque nele e na sua justificativa está embutida uma acusação ao Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Riad Salamuni.

O Reitor da Universidade, homem íntegro, de um passado inquestionável, quer nas suas atitudes de militante político, quer na condição de cientista e renomado geólogo, tem um respeito internacional. No momento em que o reitor argumentar que a solenidade de formatura, o ato da colação de grau tem nele embutido o acesso livre e a sessão deve ser pública, na medida em que o próprio Reitor, logo após retirar-se do local de formatura, ponderar que tal ato era nulo pelas condições por ele expostas da exigência de que fosse uma sessão pública e não dirigido através de senhas, ali estava uma posição coerente e

democrática, tão coerente e tão democrática que o próprio conselho universitário, na sessão de ontem, resolveu endossar, ratificar e concordar com a posição do professor Riad Salamuni e anular a formatura.

Ora, se a própria comunidade acadêmica, pelo seu colégio maior, reconhece que o ato não valeu, não se justificaria aqui nós, endossarmos a opinião da União Democrática Ruralista, que quer validar esse ato e atinge com sua nota a própria dignidade da comunidade universitária.

Pelo exposto, meu voto em relação a esse requerimento é contrário, respeitando a postura e a posição do Deputado Alexandre Ceranto, que pretende ver inserido nos Anais da Casa tal requerimento. É também este meu voto no sentido da solidariedade ao Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Riad Salamuni, que não pode de maneira nenhuma, ser atingido na sua atitude em relação ao episódio. E entendo, aprovando-se este requerimento, que não se estaria prestando a devida solidariedade merecida a tão íntegro homem público do Paraná, cientista de renome, que merece o respeito de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, para encaminhar, e posteriormente a Sua Excelência o Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu gostaria da atenção de todos, para que pudessem analisar o conteúdo deste requerimento, porque às vezes nesta Casa, a gente aprova requerimento sem saber na verdade qual é a sua súmula, e o requerimento aqui apresentado pelo Deputado Alexandre Ceranto, diz o seguinte. (Lê):

**SÚMULA:** Requer transcrição da nota intitulada "Esclarecimento Público", sobre a Formatura de Agronomia UFP - Turma de 1987.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, da nota intitulada "Esclarecimento Público", sobre a formatura dos alunos de Agronomia de 1987, da Universidade Federal do Paraná, publicada no jornal "O Estado do Paraná", edição do dia 21 do corrente mês de outubro.

Sala das Sessões, em 22.10.87.

Deputado ALEXANDRE CERANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Causou grande celeuma a escolha do líder ruralista Ronaldo Caiado para paranin-

far a turma de formandos de Agronomia da Universidade Federal do Paraná.

Não obstante a escolha tenha se dado por grande maioria, o fato não foi aceito por um reduzido grupo de alunos. Estes, inconformados e mostrando-se pouco afeitos à prática democrática, procuraram hostilizar não só o Paraninfo, como formandos e familiares destes, por ocasião da solenidade de formatura.

A atitude do Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Riad Salamuni, colocando-se ao lado da minoria inconformada, agravou o problema, que poderia ser contornado com um pouco de bom senso.

A nota divulgada pela Comissão de Formatura e por um grupo de pais dos formandos procura esclarecer os fatos, mostrando a equivocada posição da Reitoria, no episódio. Daí, e diante de manifestações nesta Casa sobre os acontecimentos, a conveniência da transcrição da Nota em apreço.

FORMATURA DE AGRONOMIA UFPR  
- TURMA DE 1987 -

#### ESCLARECIMENTO PÚBLICO

Tendo em vista a ausência deliberada do Reitor da Universidade Federal do Paraná, RIAD SALAMUNI - da cerimônia de formatura, bem como a celeuma causada por suas atitudes e declarações sectárias e inverídicas divulgadas na imprensa e transmitidas pela TV, atingindo não apenas os formandos mas também seus pais, amigos, familiares, professores presentes e demais convidados, torna-se imprescindível este esclarecimento:

1 - Cerca de 50 manifestantes portando faixas e bandeiras do PT, CGT e PC do B numa atitude antidemocrática e com demonstrações violentas à entrada do local da formatura, submeteram os convidados a pressão psicológica e agressões, bem como causaram danos a vários veículos, além de colocar em risco a integridade física do paraninfo, Dr. Ronaldo Caiado, escolhido em votação democrática por ampla maioria. (Quem não ganhou no voto quer ganhar no grito - conhecida tática esquerdista de intimidação).

2 - Salamuni deve assumir a co-responsabilidade destes fatos pois, apesar de suficientemente alertado pelo noticiário da imprensa e formalmente pela Comissão de Formatura, preferiu dispensar a segurança solicitada ao Secretário de Segurança Pública através do ofício protocolado sob nº 390.467-9 de 15/10/87.

3 - A cerimônia foi pública, conforme as normas da UFPR, com amplo acesso da im-

prensa e de outros legitimamente interessados. A simples solicitação da apresentação do convite para ingresso ao recinto da formatura constitui fato absolutamente habitual em solenidades e festividades semelhantes, sendo, no caso, justificado pelo número limitado de lugares disponíveis, e pelas circunstâncias acima mencionadas. (Mais de 1.600 pessoas presentes). Foi atendido o Art. 220 do Regimento!

4 - Ninguém com interesse legítimo deixou de adentrar ao recinto. O Reitor não foi barrado, suas declarações em contrário não correspondem à verdade, pois esteve no local da formatura, onde foi filmado e fotografado, conversou com formandos, pais, professores e funcionários da Universidade, delegando poderes ao Diretor do Setor de Ciências Agrárias para substituí-lo na direção da cerimônia. Aliás o Professor Luiz Carlos Tourinho, já o desmentiu através de declarações na imprensa.

5 - Se Salamuni preferiu ausentar-se e juntar-se aos arruaceiros, pactuando com eles, isso é problema dele.

Não pode pretender transferir esse problema aos formandos negando validade a um ato jurídico perfeito e acabado, que seguiu todos os trâmites legais e formais necessários.

FICA UMA PERGUNTA: QUAL O REAL OBJETIVO DE TUDO ISTO?

Curitiba, 20 de outubro de 1987.

-Comissão de Formatura-

-Grupo de Pais dos Engenheiros Agrônomos-

É a nota que está aqui anexada a este Requerimento, Formatura de Agronomia, turma de 1987, "Esclarecimento Público".

Era este o Requerimento e evidentemente nós então para podermos votar com mais consciência, temos então que saber o conteúdo deste Requerimento, por isso que subi à tribuna para fazer o encaminhamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Faço um apelo ao nobre Deputado autor do Requerimento, pela sua retirada, porque ele já está transcrito.

O nobre Deputado Algaci Túlio procedeu à leitura na íntegra, já está transcrito nos Anais da Casa, é redundância manter o Requerimento.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É necessário registrar o nosso posicionamento em relação ao ato político com

registro nos Anais da Casa, esta manifestação da União Democrática Ruralista, representante e formadora de grupos paramilitares neste País, na calada da noite, arrecadando fundos em leilões públicos para amarrar grupos para defender o latifúndio. E também, Sr. Presidente, dizer que o Deputado Erondy Silvério, quando insinua ou até diz claramente que quem votar contra são os "vermelhinhos", eu quero dizer que, se ele assim o compreender, nós também o compreendemos como um direitista disfarçado, porque ao manifestar a sua postura de extrema direita, vota a favor de requerimentos com conteúdo político profundamente direitista.

Manifestamo-nos contrariamente a este requerimento, por não entendermos legitimamente colocado pela União Democrática Ruralista, em vista de que até a formatura foi anulada pela ilegalidade do ato feito secretamente, quando deveria ser uma sessão pública.

Este é o nosso pensamento, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - O nobre Deputado Paulino Delazeri não aprendeu a lição quando Vossa Excelência o esmurrou nesta Casa, continua agredindo as pessoas sem nenhuma justificativa. Eu não aceito a provocação do nosso "mandorová dourado" e gostaria que isto constasse em Ata.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, quero registrar nos Anais desta Casa também, que não aceitamos as agressões vindas do Deputado Erondy Silvério que em todas as oportunidades nos agride com palavras pejorativas, no entendimento dele, pelo menos o faz, e abertamente. E temos aqui a liberdade e esperamos que este Parlamento pelo menos nos promova essa liberdade de fazermos as nossas considerações políticas necessárias e que atribuímos a ele uma postura de direita e o afirmamos.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste momento quero manifestar o meu apoio ao requerimento do Deputado Alexandre Ceranto, e oportunamente nós temos bem oportuno este requerimento. E nós achamos que realmente esta Casa deve registrar a nota nos seus Anais porque ela é a

transparência do que pensa a população paranaense; e ela sendo a transparência do que pensa a população paranaense, tem que registrar esses fatos porque a maioria naturalmente, a vontade daqueles que fazem, querem e praticam a democracia, estão praticando, convidando esse jovem Ronaldo Caiado. Eu não tenho obrigação nenhuma de defendê-lo, mas eu acho que é um homem público que está surgindo, está trabalhando em defesa do nosso País, e se o nosso País é um país em que há o direito de exercer o capitalismo, ele está defendendo o capitalismo. Agora, as extremas-esquerdas radicais querem derrubar o seu trabalho, o seu brilhantismo de homem público, de homem que defende o capitalismo, e querem criar problemas nesses momentos, em que os engenheiros agrônomos na sua Formatura, num ato que acredito que de liberdade democrática entre os estudantes, a maioria o escolheu para Parainfo. Então, os esquerdistas, os radicais querem empanar o brilho, e é muito oportuno o requerimento do Deputado Alexandre Ceranto pedindo que registre nos Anais da Casa a Nota de Esclarecimento feita através dos jornais. Portanto, tem o meu apoio.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de ver aí na Mesa o requerimento de autoria do nobre Deputado Alexandre Ceranto, e depois ouvimos com atenção o Deputado Algaci Túlio, da tribuna. Não vemos no requerimento nenhuma posição de esquerda ou de direita e nem de apoio a esse movimento. É apenas um esclarecimento ao público que alguém deve ter pago para colocar no jornal. Agora se registra nos Anais desta Casa tudo o que se quer; e eu apenas para registro, não manifestando a nossa posição de esquerda, ou de direita, ou de centro, quero declarar o meu voto favorável tão somente ao registro da matéria publicada no jornal. Quanto à posição de esquerda ou de direita, fica para os entendidos da arte, porque nisso eu sou lá um humilde advogado do interior, "pé vermelho", não sei destacar bem o que é movimento de esquerda, movimento de direita, movimento de centro.

Então, eu não sei o que tem neste requerimento. Quero registrar o nosso voto só pelo registro da matéria jornalística.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em votação. Os Deputados que

aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência será atendido.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu requero chamada nominal para permitir que esta Sessão não venha a ser encerrada neste instante devido à necessidade de o Deputado Domingos Scarpellini falar em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência, antes de efetuar a chamada nominal através do Sr. 1º Secretário, registra com satisfação a presença do Prefeito de Manguinhos, João Maria de Almeida, que honra esta Casa, acompanhado do suplente de Deputado, Neivo Beraldim.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Havendo a desistência da chamada nominal, esta Presidência irá proceder à verificação de votação requerida pelo Deputado Pedro Tonelli.

Em votação. Dezesseis Srs. Deputados Aprovam; onze Srs. Deputados Rejeitam; Aprovado.

(Aplausos)

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Lamento essa manifestação que não foi requerida e não sei se espontânea. Acho que quando o Deputado Erondy Silvério levantava a justificativa de que a Assembléia não pode se negar a apreciar qualquer requerimento ...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente ...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu estou com a palavra. Essa manifestação é uma manifestação de agressão à minoria, que reconhece que foi derrotada, mas não deve ser (discussões paralelas, ininteligível)... Não aceito essa manifestação, isso é desprestigiar uma minoria que heroicamente resistiu a dar apoio à UDR e desautorizar um honrado homem de uma instituição honrada, que é a Universidade Federal do Para-



nã.

Obrigado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando as providências necessárias ao fornecimento de relação de todos os projetos de lei encaminhados ao Legislativo através de Mensagens do Sr. Governador do Estado.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando seja fornecida relação de todas as Comissões Parlamentares de Inquérito instauradas durante a última Legislatura e na presente, bem como informações quanto ao andamento das mesmas.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, congratulando-o pela decisão de anular a solenidade de formatura da turma de engenheiros agrônomos daquela Universidade, por vício de forma.- Em discussão.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações acerca de notícias veiculadas pela imprensa da Capital, de que o Governo do Estado teria iniciado negociações, visando a venda de ações da Petrobrás em seu poder.- Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Reitor da Universidade Federal do Paraná, manifestando apoio às atitudes por ele tomadas por ocasião da sua recusa, em participar da solenidade de formatura dos engenheiros agrônomos ocorrida no último fim de semana.- Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações em que fase de tramitação encontram-se os processos n.ºs 27504/85, 40923/85 e 51800/85.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da COPEL e SANEPAR, sugerindo que as próximas altas de água e energia elétrica sejam comunicadas aos chamados grandes consumidores, com um mês de antecedência, para permitir que as administrações das economias atingidas se programem para não se fazerem inadimplentes.- Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para justificar a posição a ser tomada, em virtude de ser impraticável que a COPEL, ou a SANEPAR, com trinta dias de antecedência, venha comunicar a todos os prédios residenciais, condomínios do Paraná, um aumento de energia, até porque gerariamos uma celeuma da maior gravidade. Bastaria um condomínio não receber por 30 dias antecipadamente a notificação e estaríamos com uma celeuma de mandado de segurança e tudo o mais. É impraticável a possibilidade de que 30 dias antes, em um País inflacionado como o nosso, se tenha a noção de poder ou não, até porque taxas como a de energia, são instituídas na sua origem pelo Governo Federal. Nós estaríamos criando o caos em todos os condomínios entre condôminos, síndicos e gerando mandados de segurança constantes, prejudicando o bom andamento do serviço público do Estado.

Apenas por isto, Deputado Rafael Greca, pela impossibilidade de implantação, embora reconheça que vossa Excelência pretenda com o seu requerimento poupar aos inquilinos a insatisfação de ver a conta aumentada no final do mês. É impraticável, na prática, a colocação do que Vossa Excelência requer.

O SR. RAFAEL GRECA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pa-

ra discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Nobre Deputado Caíto Quintana, não aceito a sua argumentação pela simples razão de que o meu requerimento é uma sugestão, não tem força de lei, ele simplesmente pretende fazer esta Assembléia forte em relação à COPEL e à SANEPAR, no sentido de ser canal transmissor das solicitações da população.

Fui procurado pelo diretor do condomínio - edifício APLUB, que tem 75 apartamentos de classe média nesta cidade de Curitiba, este cavalheiro, revoltado, porque é cidadão e contribuinte, teve a conta de água do seu condomínio aumentada do dia para a noite de Cz\$ 25 mil cruzados para Cz\$ 58 mil cruzados. Este mesmo cavalheiro tinha separado, em dezembro do ano passado, para pagar a água, a quantia de Cz\$ 8 mil cruzados.

Ora, de Cz\$ 8 mil para Cz\$ 58 mil cruzados, são 700% de inflação, ou de alta, ou de majoração, das taxas de concessão de água ou de luz.

Vejam, Excelência, vejam os Senhores Deputados, que ao solicitarmos à COPEL e à SANEPAR que comuniquem as grandes economias, as altas de água e de luz, estamos pretendendo que as pessoas possam, de alguma forma, se programar. Se não dá em 30 dias, que seja em 15. Se não dá em 15, que seja em 10. Se não dá em 10 dias que seja de hoje para depois de amanhã, pela mídia oficial do Estado. Temos uma Secretaria de Comunicação Social para isto.

No entanto, o que acho pior para o Governo é que a população tenha o gosto amargo da decepção, quando ao se dirigir ao guichê, para pagar a água e a luz, o dinheiro, não chega.

Quero lembrar o episódio do Rio de Janeiro, quando se incendiaram ônibus no início deste ano porque uma mulher do povo não tinha dinheiro para pagar a conta e o cobrador resolveu levar o ônibus e a população que estava dentro do mesmo para a Delegacia de Polícia.

O meu requerimento não tem nenhum caráter de oposição. Ele quer antes, pelo contrário, ajudar a estrutura de poder a servir a população. Se o líder do Governo assim não entende, que o rejeite, com os seus votos majoritários, porque continuamos "esperançando" que um dia a população escute o que se passa neste plenário.

Bom dia, Deputado Caíto Quintana!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência declarou rejeitado ou aprovado?

O SR. RAFAEL GRECA - É matéria vencida, Senhor Presidente. Eu peço a mesma medida da outra sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, nós vamos até admitir, só que Vossa Excelência sabe que regimentalmente eu poderia pedir verificação de votação. Nós não vamos fazer, mas sim aceitar a sua sugestão, embora impraticável.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era o nosso desejo usar a tribuna nesta manhã, mas diante da gravidade do fato que por si só, representa um atentado e uma afronta ao regime democrático, ele afronta os Parlamentares e os homens que formam os Parlamentos. Venho à esta tribuna, como vim em 1975, para pedir providências no mesmo sentido de hoje quando o faço novamente, 12 anos depois.

Fato isolado era o daquela época, no dia em que aconteceu. Fato isolado é o de hoje no dia que acontece. Naquela oportunidade Senhor Presidente, Senhores Deputados, era o dia 12 de outubro de 1975, quando nós, nas ruas de Apucarana, mais precisamente à porta de um supermercado tivemos a nossa liberdade tirada por um capitão do Exército, da Guarnição Federal, com sede naquele Município.

Chegava naquela oportunidade, o Capitão Ismar Moura Romaris, acompanhado de mais alguns subalternos, armados de pistola e nos levavam presos para o 30º Batalhão de Infantaria.

Horas depois, recebiam ordem de Curitiba, e mais precisamente da 5ª Região Militar para que libertassem e pusessem livre o Deputado aprisionado naquela tarde.

Já era madrugada quando nos foi dada a liberdade. Hoje, o acontecimento se repete, mais ou menos dentro de um quadro parecido, por se tratar de um fato isolado. Naquela oportunidade, dava conta e respondia o Exército, dizendo que lamentava o ocorrido, mas que era um fato isolado e no entanto, aquele Capitão continuou prendendo, apriacionando homens no Norte do Paraná e hoje, apesar do que fez, é um Coronel do Exército. Mas se historio e falo é para chegar a esta data, e hoje, lamentavelmente, um Comando em Apucarana, de homens que servem a Guarnição do 30º Batalhão de Infantaria Motorizada, comandado

pelo Coronel Lima Verde, homem com quem temos um bom relacionamento e que sabemos está isento deste fato, invadem a Prefeitura Municipal de Apucarana, agora, às 10:00 horas da manhã portando metralhadoras, fuzis, escopetas, empurram com violência alguns funcionários daquela Casa do Povo, invadem o Gabinete do Prefeito, faz-se lá um ato de protesto e deixa-se uma nota que por si só é ridícula, mas que indica que no fundo nem tudo está sob controle e que a unidade não é um estado permanente e não se faz em todos os cantos do respeitoso Exército de Caxias.

O invasor, me parece, que não aceita o estado democrático, em que estamos vivendo, e que só aceita o estado de demência, vem, faz um discurso em cima da mesa do Prefeito daquele município. A Prefeitura cercada por mais de 30 homens armados de metralhadoras e, lá dentro o discurso melancólico, agressor e uma nota vazada nos seguintes termos: (Lê):

"Declaro que nesta data, inconformado com a situação de assistência médica que vivem os meus comandados, tomei a iniciativa e a responsabilidade de protestar contra as autoridades políticas do País. Não obstante, confiei nos meus superiores e hierarquicamente reconheço seus esforços. Procedo desta maneira antes que os meus oficiais, sargentos ou subalternos o façam.

Apucarana, 22 de outubro de 1987.

LUIZ FERNANDO WALTER ALMEIDA

Capitão de Infantaria SMT, 1.ª Companhia do Batalhão de Infantaria Motorizada de Apucarana"

Meus nobres Pares que aqui estão, apesar de ser um fato isolado, isso representa uma agressão muito grande a todos nós.

Fatos isolados foram também o do Rio-centro, mas estavam dentro de um contexto maior. Identicamente foi por acaso o de Vlademir Herzog, o de Manoel Fiel Filho; também isolada foi a Operação Marumbi, a Operação Bandeirantes; fato isolado ou não, foi uma agressão cometida por alguém que comanda um pequeno segmento do Exército, mas não deixa de ser uma hostilidade ao regime e aos homens que defendem a Democracia.

Concedo aparte a Vossa Excelência, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Nobre Deputado, Vossa Excelência faz uma grave comunicação à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Se fosse um fato inusitado seria surpreendente mas desgraçadamente, na América Latina, nos países subdesenvolvidos, estes fatos, senão são corriqueiros, ao longo da História se manifestam.

Nós estamos hoje verificando um aten-

tado à democracia, o rompimento daquilo que é mais sagrado na instituição militar que é a sua hierarquia e eu fico a buscar na minha memória, o nome daquele coronel que há poucos anos invadia o Parlamento espanhol, mas o nome não me vem à memória, talvez pela sua inexpressiva formação, mas o fato está em nossa mente.

Invadia o Parlamento espanhol, dava tiros e amendrontava a todos os espanhóis e a Democracia espanhola. Guardadas as devidas proporções, o fato é semelhante e aconteceu em Apucarana. Repito, desgraçadamente, Apucarana, que já tem na sua história fatos semelhantes, e Vossa Excelência, invocou na sua oração inicial, hoje estamos aqui a ouvir este fato de tamanha gravidade!

Espero que a denúncia, por si só, e Vossa Excelência o faz bem, sirva como um alerta para que todos nós avaliemos e demos a dimensão grave do fato, porque se este, mesmo isolado, e com poucas pessoas, todas armadas, todas, sim ampliar-se e ocorrer em várias Prefeituras, de repente nós nos encontraremos com os militares às portas do Parlamento paranaense, logo após os canhões, os caminhões, as metralhadoras e os soldados e os coronéis, os generais começarão a cercar o Congresso Nacional, Constituinte, e subitamente ainda, se este fenômeno somar-se em solidariedades antidemocráticas, onde iremos todos nós?

Iremos ver o silêncio dos Parlamentos, o silêncio do povo. Será que iremos ouvir o silêncio do povo ante a tentativa da agressão de construirmos a Democracia? Será que este povo aceitará de novo que este fato, isolado sim, mas se generalizado, aceitará, novamente, a caminhada da resistência democrática construída através dos 20 anos, tão recentes? Será possível que esta Nação e nós políticos, não podemos avaliar que isto, este fato, ou o detonar de um tiro, se houver, talvez, não virá atingir a todos nós? A toda consciência democrática deste País? São perguntas, nobres Deputados.

A denúncia é grave e a Assembléia deve tomar atitudes. E que Vossa Excelência, não quero me antecipar, naturalmente o fará.

Hoje é quinta feira, é um final de semana em que a vigilância democrática se esparrama pelos cantos do Paraná e do Brasil e será que esse fato vai ficar isolado apenas em Apucarana? Espero que sim. Espero que o Ministro do Exército, o Presidente da República, o Governador do Paraná, todos nós nos somemos na resistência a essa tentativa de abrir uma brecha nos caminhos obscuros da ditadura, da indisciplina e do ato antidemocrático.

Eu agradeço o aparte e a oportunidade que Vossa Excelência me dá de manifestar

essa minha preocupação e me posicionar ante esse fato que considero de extrema gravidade para o País.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço ao aparte de colaboração que Vossa Excelência me faz e acrescento...

O Sr. Rafael Greca - Eu me inscrevo para um aparte também Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - O meu tempo está praticamente terminado e solicito a prorrogação por mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e fará a prorrogação por igual tempo a Vossa Excelência.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Para dizer, que as barragens quando se rompem é porque, antes, houve uma pequena fenda que fizesse passar por ali a primeira gota d'água. Assim, pode ser este caso de Apucarana um caso isolado, como também pode não ser.

Lembro-me, em 1975, quando fui preso, quando retornei a Curitiba e vim para esta tribuna, relatei o fato e depois fui convidado a comparecer na 5.<sup>a</sup> Região Militar, quando chegava ao meu hotel, naquela época, o Hotel Universo, na Praça Osório.

E lá o General Samuel Alves Corrêa, disse-me o seguinte: que o Exército Brasileiro não aceita agressão a um dos seus membros e que eu havia agredido a um deles, o capitão de Apucarana, sendo que o Exército repudiava aquela agressão, e que eu, certamente, seria responsabilizado por aquele ato.

Quero dizer que, agora passados 12 anos, quem não aceita e não pode aceitar a agressão é a democracia que em um dos seus pontos foi agredida, que vê uma sentinela da representação do povo de Apucarana agredida e invadida por um homem que faz parte do glorioso Exército de Caxias.

Ora, a instituição democrática não pode estar à sorte de fatos como este. Na Bolívia, nós vimos um dia que Natush Bush invade, desaloja, o Presidente, o Parlamento e governa por 25 dias, irresponsavelmente, banhando de sangue aquele País, num fato lamentável contra a instituição democrática que tentava nascer no País irmão.

Senhores Deputados, o Prefeito de Apucarana não estava lá, encontrava-se em viagem para Curitiba, e quando chegou, recebeu essa triste notícia. E se o Prefeito de Apucarana lá estivesse, qual seria a sua reação em ver a Casa do Povo sendo invadida ao ver um homem, em nome da força, tomar o seu Gabinete, que é o Gabinete do

povo de Apucarana, subir à mesa e ridicularizar, rasgar a Constituição, as leis, os regulamentos, as normas, e fazer um solene protesto?

Será que teria passado em branco, ou não? Aquele Gabinete, talvez, se manchado com o sangue daqueles que defendem a democracia, contra os seus agressores?

Ora! Uma agressão, um assalto como este não poderia passar sem que as vozes que se preocupam com o regime democrático se pronunciassem.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Domingos Scarpellini, as minhas primeiras palavras devem ser de solidariedade ao Prefeito, seu irmão, mas sobretudo ao Prefeito de Apucarana porque foi democraticamente eleito. São, naturalmente, palavras de solidariedade para com a democracia e para com a transição democrática que nós não queremos ver estancada neste País. Tenho certeza que falo, pela consciência dos meus Pares de Bancada, e pela consciência dos trabalhistas representados no PDT, inclusive falo pelo pensamento que norteia hoje, a serenidade do nosso Líder nacional, Dr. Leonel Brizola.

Nós não estamos entre os que sonham com a tropa nas portas das Assembléias, dos Palácios, e das Prefeituras, para fugir da grave responsabilidade de exercer um poder criativo que devolva ao povo brasileiro, a dignidade, a justiça e a paz. Nós precisamos nos empenhar na construção da paz, e a paz se constrói, com serenidade!

Nós confiamos que o General de Divisão Armando Patrício, que é o responsável pela Região Militar aqui no Paraná, além das altas autoridades da hierarquia do Exército, saberão colocar o desespero desse Capitão de Infantaria que, num comando de desesperança e até inusitado, invadiu a Prefeitura de Apucarana.

Eu imagino que a fome da tropa, também é a fome do povo.

Eu sei que esse debate corre no Congresso Nacional, e ouvia ontem, na "A VOZ DO BRASIL", um protesto do Deputado Tadeu França contra a decisão que estaria se dando em Brasília, em se pagar mais à tropa do que à população. Era um discurso do Deputado Tadeu França que "A VOZ DO BRASIL" passava, pelo rádio. E sei também que as condições previdenciárias tanto da tropa como da população, as condições de assistência médica e de saúde são as piores possíveis!

Eu acho que o episódio deve servir, para chamar a classe política às suas graves responsabilidades. Toda vez que este Plenário estiver para se transformar numa

espécie de salão de sarau, onde nós nos colocamos em disputas literárias, ou bizantinas, como "o sexo dos anjos", ou, se o requerimento do deputado Alexandre Ceranto pode ou não, ir para os Anais; ou se agiu bem, ou mal, o Senhor Reitor em se levantar contra uma senha na porta de um sarau no Colégio Santa Maria; toda vez em que se rejeitar aqui um Projeto de isenção de água e de luz para casas de Caridade, ou que monoliticamente, imaginando uma razão de poder que é, de resto, o exercício do absurdo, porque a verdadeira razão está no interesse do povo e os Deputados todos são os que lutam pelo interesse do povo, assim, nós estaremos fazendo o jogo do desespero, da desesperança e estaremos dando razão para esse protesto.

Vejam:

O protesto é grave, porque ele vem grafado contra as autoridades políticas do País!

Sejamos nós, pois, os investidos do poder político, os construtores da paz e da serenidade; vamos tentar buscar o real poder para este Parlamento, enquanto ele se dobrar ao poder maior do Executivo, enquanto a nossa Constituição não nos der prerrogativas de verdadeira hombridade e capacidade de transformar a realidade, nós estaremos dando voz a essa gente desesperançada.

Nós precisamos resgatar o Brasil da situação miserável atual, de pessimismo e desesperança, e esses presságios não se arrancam do coração das pessoas só com loterias, ou com jogos-de-azar, com acertos com o "jogo-do-bicho", ou, sobretudo, só com elogios e bonita propaganda! Pessimismo e desesperança se arrancam com a construção da paz, e a paz se constrói com as armas de Ghandy, com as armas da sinceridade, da retidão do espírito. A paz se constrói sobretudo com a vontade de mudar, porque se todo paraíso é interior, para que este paraíso se transmita à população, é preciso que os nossos governantes se invistam de tintas de luz.

Eu o felicito, Deputado Domingos ScarPELLINI, por comunicar à Assembléia do Paraná esta invasão, e pedir a nossa solidariedade e repúdio a este ato de indisciplina, mas, sobretudo, alerta a consciência do Paraná de que nos revestimos de luz e passamos a lutar acima dos partidos pela construção da paz ou se perde tudo e voltam as trevas.

Era isso!

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço as suas palavras e digo que chamar a classe política à reflexão é interessante e necessário. Mas se o capitão assim faz hoje, se ele acha que a sua tropa, que os seus comandados não recebem a atenção das

autoridades responsáveis pela saúde, pela manutenção da tropa, o que dizer dos milhares de brasileiros que não têm tropa para comandar e que também são vítimas do regime autoritário implantado neste País pelos militares a partir de 1964.

Os homens que marcham, que caminham pelas ruas desesperançados sem ter onde morar, sem ter onde beber, sem ter onde comer, sem ter onde trabalhar, ilustre Deputado Rafael Greca, são frutos de pensamentos insanos como os deste capitão que invadiu a Prefeitura de Apucarana. Foi fruto de uma invasão, não à Prefeitura de Apucarana, mas fruto de uma invasão que fizeram a toda Nação brasileira, quando dominaram o território brasileiro e invadiram não o Paço Municipal, mas o Palácio, sede de Governo neste País.

Ilustre Deputado Rafael Greca, realmente, se o povo tomasse às mãos métodos como este que o capitão tomou agora, não teriam sobrado muitos para contar a história verdadeira deste país, porque a grande maioria do povo brasileiro, oprimida, com medo, desesperançada, suportou o chicote da ditadura por vinte anos, e não foi invadir o Palácio dos Militares e nem os quartéis para de lá, desalojá-los.

O povo invadiu as praças gritando diretas, o povo invadiu as ruas pedindo e gritando anistia, o povo invadiu os parlamentos, os palácios, e pôs na consciência de cada um que detinha uma fatia de poder e força, que era necessário devolver a democracia para que o povo se autodeterminasse. E assim foram invadidas as consciências, os lares, as almas, e aquilo que era um sonho do povo, passou a ser a voz da nacionalidade. Não é invadindo o Paço Municipal em Apucarana, não é tomando de assalto o Poder em 31 de março e 1.º de abril que iremos fazer deste País um País forte, onde o seu povo não viva a fome e a miséria.

Se nós estamos nesta tribuna hoje, é para dizer que defendemos com as idéias libertárias a implantação de um regime democrático, que poderá servir a todos. Portanto...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência lhe concedo mais um minuto para concluir.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - ... Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Prefeito de Apucarana neste momento se encontra em Palácio, onde foi se avistar com o Governador Álvaro Dias, acompanhado de alguns Deputados, que, solidários, também lá estão para pedir que providências sejam tomadas, para que a agressão seja contida e que este mal seja desfeito.

Eu solicito, portanto, Sr. Presidente

e Srs. Deputados, a solidariedade deste Parlamento, não a favor do Prefeito de Apucarana, pura e simplesmente, mas a favor da democracia e contra aqueles que atentam usando métodos da força e da violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência lamenta o ocorrido, e é evidente que se solidariza com o Prefeito de Apucarana, pelo ocorrido nesta manhã.

Atendendo, conforme requerimento aprovado nesta Casa, as Lideranças fizeram as seguintes indicações para representar esta Casa na posse do Sr. Ministro da Saúde, Deputado Borges da Silveira: Deputados Lauro Lobo Alcantara, Caíto Quintana e Eduardo Baggio, pelo PMDB; Erondy Silvério, pelo PTB; Valderi Mendes Vilela, pelo PDT e João Arruda, pelo PFL.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 129, 171 e 172/87.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 196, 201, 205, 210, 214, 222, 223, 229, 267 e 268/87, e do Projeto de Resolução n. 55/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO, EM SESSÃO DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 1987.

#### "FORMATURA DE AGRONOMIA UFPR - TURMA DE 1987 -

##### ESCLARECIMENTO PÚBLICO

Tendo em vista a ausência deliberada do Reitor da Universidade Federal do Paraná, Riad Salamuni - da cerimônia de formatura bem como a celeuma causada por suas atitudes e declarações sectárias e inverídicas divulgadas na imprensa e transmitidas pela TV, atingindo não apenas os formandos mas também seus pais, amigos, familiares, professores presentes e demais convidados, torna-se imprescindível este esclarecimento:

1. Cerca de 50 manifestantes portando faixas e bandeiras do PT, CGT e PC do B numa atitude antidemocrática e com demonstrações violentas à entrada do local de formatura, submeteram os convidados a pressão psicológica e agressões, bem como causaram danos a vários veículos, além de colocar em risco a integridade física do

paraninfo, Dr. Ronaldo Caiado, escolhido em votação democrática por ampla maioria (Quem não ganhou no voto quer ganhar no grito - conhecida tática esquerdista de intimidação).

2. Salamuni deve assumir a corresponsabilidade destes fatos, pois, apesar de suficientemente alertado pelo noticiário da imprensa e formalmente pela Comissão de Formatura, preferiu dispensar a segurança solicitada ao Secretário de Segurança Pública através do ofício protocolado sob n. 390.476-9, de 15.10.87.

3. A cerimônia foi pública, conforme as normas da UFPR, com amplo acesso da imprensa e de outros legitimamente interessados. A simples solicitação da apresentação do convite para ingresso ao recinto da formatura, constitui fato absolutamente habitual em solenidades e festividades semelhantes, sendo, no caso, justificado pelo número limitado de lugares disponíveis e pelas circunstâncias acima mencionadas (Mais de 1.600 pessoas presentes). Foi atendido o Art. 220 do Regimento!

4. Ninguém com interesse legítimo deixou de adentrar ao recinto. O Reitor não foi barrado, suas declarações em contrário não correspondem à verdade, pois esteve no local da formatura onde foi filmado e fotografado, conversou com formandos, pais, professores e funcionários da Universidade, delegando poderes ao Diretor do Setor de Ciências Agrárias para substituí-lo na direção da cerimônia. Aliás, o Professor Luiz Carlos Tourinho já o desmentiu através de declarações na imprensa.

5. Se Salamuni preferiu ausentar-se e juntar-se aos arruaceiros, pactuando com eles, isso é problema dele.

Não pode pretender transferir esse problema aos formandos negando validade a um ato jurídico perfeito e acabado, que seguiu todos os trâmites legais e formais necessários.

FICA UMA PERGUNTA: QUAL O REAL OBJETIVO DE TUDO ISTO?

Curitiba, 20 de outubro de 1987

(aa) COMISSÃO DE FORMATURA

GRUPO DE PAIS DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 27.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1987  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados José Afonso Júnior e Alexandre Ceranto.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José



Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença a Senhora Deputada Irondi Pugliesi. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, estou curioso aqui para indagar se Vossa Excelência, ilustre Presidente desta Casa em exercício, considerando a Bancada do PMDB, de 37 Srs. Deputado só conta com dois ilustres representantes, Vossa Excelência e o ilustre Deputado José Afonso Júnior, indago se há alguma reunião de emergência em que forçou a ausência da quase totalidade da Bancada do PMDB deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu solicito a Vossa Excelência que, na hora da votação da ata, solicite verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Não. Não é verificação, Sr. Presidente. Eu apenas estou indagando porque estou vendo que não tem nenhum Deputado do PMDB no Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência lamenta, evidentemente, a ausência dos Srs. Deputados, mas nada pode fazer.

Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 246/86, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REALEZA - APAE, com sede e foro na cidade de Realeza, Estado do Paraná. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 115/86, de 14.10.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 108/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel.- **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 69/87, de 22.06.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 120/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARIALVA, com sede e foro no Município de Marialva.- **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 75/87, de 30.06.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 141/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FAXINAL - APAE, com sede e foro na Cidade de Faxinal. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 79/87, de 06.08.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 202/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cambé, a partir da próxima legislatura, passando a contar com 11 (onze) Vereadores. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 91/87, de 31.08.87).

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, a Oposição responsável desta Casa humildemente tem permanecido neste Plenário para as votações, e principalmente para as importantes mensagens que o Sr. Governador manda a esta Casa em benefício ao funcionalismo público, e assim recebemos na manhã de hoje, na sessão ordinária.

O que nós não podemos entender, Sr. Presidente, é que a Bancada majoritária de 41 Deputados que dá apoio ao Governo, apenas dois de seus representantes se mantiveram nesta Casa, na sua pessoa Deputado Eduardo Baggio e o Deputado José Afonso Júnior, e que tenhamos aqui nesta Casa a



Oposição quase toda ela completa: a Banca do PDT, com os Deputados Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati e este Deputado que fala; além dos Deputados da Frente Liberal, João Arruda, Antônio Costenaro e Alexandre Ceranto e o Deputado do PT, Pedro Tonelli.

Não podemos admitir que esta Casa continue desta maneira, e é por esta razão que damos apoio ao requerimento do Deputado Basílio Zanusso para que as sessões das quintas-feiras voltem ao período da tarde. E o que não podemos admitir é que este

Plenário, totalmente vazio do lado de lá, quando deveria estar com a maioria, se faça uma sessão com apenas 9 Deputados presentes em Plenário. Fica aqui o registro do protesto da minha parte.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra Sessão Extraordinária para sexta-feira, dia 23, às 10.00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.